

**XXIV CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM
HELDER CÂMARA**

TEORIA E FILOSOFIA DO ESTADO

JOSE LUIS BOLZAN DE MORAIS

LEONARDO DA ROCHA DE SOUZA

KARINE SALGADO

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias

Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

T314

Teoria e filosofia do Estado [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UFMG/
FUMEC/Dom Helder Câmara;

coordenadores: Jose Luis Bolzan De Moraes, Leonardo da Rocha de Souza, Karine Salgado
– Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-134-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Teoria do Estado. 3.
Filosofia do Estado. I. Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder
Câmara (25. : 2015 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC /DOM HELDER CÂMARA

TEORIA E FILOSOFIA DO ESTADO

Apresentação

CONPEDI 2015-MG

TEORIA E FILOSOFIA DO ESTADO

PREFÁCIO

Os livros que abordam Teoria e Filosofia do Estado têm o grande desafio de enfrentar questões teóricas, relacioná-las a questões práticas e realizar propostas de avanços ou de soluções para os problemas enfrentados. Tudo isso nem sempre atingido. O livro que organizamos a partir dos trabalhos selecionados e apresentados no GT CONPEDI Teoria e Filosofia do Estado -, e ora apresentamos, pretende dar conta de tudo isso.

Dos textos apresentados, percebemos uma grande preocupação nas discussões sobre os tipos de Estado. Nessa temática, um dos textos deste livro trata do Estado de Bem-Estar Social, com uma análise das suas origens até os dias atuais. Outros cinco textos abordam o Estado de Direito, relacionando esse tema à esfera pública, à soberania e à pós-modernidade, além de analisar sua evolução histórica e as relações de poder presentes nesse projeto, sempre inacabado.

O livro também conta com trabalhos relacionados à soberania dos Estados e suas relações transnacionais. São textos que estudam: a relativização da soberania quando necessária para garantir a proteção ambiental, os desafios da nação na globalização, bem como os exércitos privados e os diplomatas independentes em uma realidade cosmopolita.

Outro bloco de artigos se preocupou com temas que envolvem a Constituição e a democracia. São propostas de reconstrução da teoria deliberativa, da relação entre democracia e Estado na América Latina, e entre democracia e crise, bem como sobre os fundamentos da representação política. Além desses temas, dois trabalhos abordaram o novo constitucionalismo na América Latina, um deles envolvendo o surgimento do Estado Plurinacional e outro estudando a busca pela libertação da diversidade.

Três outros trabalhos apresentaram temas relacionados à federação, um deles mais teórico, voltado à jurisdição constitucional, e dois abordando a autonomia e as atribuições dos Municípios no modelo federativo brasileiro.

Por fim, tivemos textos com temas mais diversificados, tratando de: separação de poderes e função judiciária, natureza humana e origens do Estado, direito de resistência, servidão voluntária e a questão das massas, concepções de justiça, humanismo e segurança jurídica.

Percebemos, assim, com os trabalhos constantes neste livro, a riqueza de temas e de abordagens que podem ser feitas quando se estuda a Teoria e a Filosofia do Estado. Aqui se apresentam as grandes dificuldades e os imensos desafios para aqueles que se dedicam a (re) pensar as circunstâncias que envolvem as instituições político-jurídicas, em particular na sua expressão moderna, projetando-as para o futuro. Um futuro incerto que nos leva a termos presente a necessidade de revisitar o conhecimento jurídico para que possamos dar conta dos dilemas que incidem nas experiências da modernidade.

Uma boa leitura a todos!

Prof. Dr. José Luis Bolzan de Moraes - UNISINOS

Prof.^a Dra. Karine Salgado - UFMG

Prof. Dr. Leonardo da Rocha de Souza - UCS

**O HUMANISMO LÚCIDO DE MAQUIAVEL
THE LUCID HUMANISM OF MACHIAVELLI**

Waldir Severiano de Medeiros Júnior

Resumo

O estudo pretende considerar a reflexão de Maquiavel acerca de dois aspectos importantes da realidade humana, a saber, a natureza do homem e a ação política deste em contextos radicais. Donde o estudo em questão ter por recorte o texto capital de Maquiavel, O Príncipe. Quanto ao objetivo, busca-se desenvolver uma leitura crítica e alternativa do Príncipe, no sentido de chamar a atenção ao fato de que a ideia de um Maquiavel maquiavélico é equivocada. Isso porque os próprios princípios que informam a mentalidade realista de Maquiavel não autorizam as conclusões negativas ordinariamente extraídas, bem como porque o príncipe que Maquiavel tinha em vista correspondia a um contexto político específico e anormal, e não a um contexto ideal.

Palavras-chave: Humanismo, Realismo crítico, O príncipe, Maquiavel

Abstract/Resumen/Résumé

The study aims to consider Machiavelli's thinking about two important aspects of human reality, namely the nature of man and the political action of the man in extreme environments. Therefore, the present study is based on his main book, The Prince. As for the goal, it seeks to develop a critical reading and alternative of the Prince, to draw attention to the fact that the idea of a machiavellian Machiavelli is wrong. That's because the very principles that inform the realistic mentality of Machiavelli not authorize the negative conclusions ordinarily drawn, and because the prince what Machiavelli had in mind corresponds to a specific and abnormal political context, not to a ideal.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Humanism, Critical realism, The prince, Machiavelli

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o pensamento de Maquiavel endereçado a dois aspectos capitais da realidade humana, quais sejam, a natureza do homem e a ação política, mormente quando pensada em conjunturas extraordinárias. Para tanto, concentra-se, à força de recorte, na obra magna do autor, *O Príncipe* (MAQUIAVEL, 2010a), bem como em textos de autores abalizados (em especial, Antonio D'Elia) dedicados à interpretação do pensamento do filósofo florentino.

Em linhas gerais, objetiva-se chamar a atenção para as coordenadas humanistas constantes do realismo político de Maquiavel (ABBAGNANO, 2007, p. 641-642), a fim de fazer frente ao preconceito recorrente quanto ao autor, tais como, para não citar senão três exemplos, que ele teria sido um dos teóricos de maior vulto do autoritarismo celerado; o autor cujas exortações se resumiriam na busca e manutenção do poder pelo poder; e um homem que legou uma concepção de vida que bem se poderia sintetizar na famigerada máxima segundo a qual, em toda e qualquer circunstância, *os fins justificam os meios*.

Contrariamente, pretende-se demonstrar que o próprio realismo de Maquiavel não lhe permitiria chegar, sem mais, a tais conclusões, seja porque o poder (em termos de violência ou força) enquanto fim em si mesmo tende a ser deletério e insustentável a longo prazo, seja porque o que o autor tinha em mira com o *Príncipe* era menos a consideração da ação política pertinente a todo e qualquer contexto, do que a consideração de uma *reação* política frente a um *contexto específico*, a saber, um *contexto extraordinariamente adverso* (feito o da Florença à época de Maquiavel), e que, precisamente por isso, demandava medidas igualmente extremas – para não falar no republicanismo, o verdadeiro projeto ou ideal político de Maquiavel (2007), e no mínimo de escrúpulo mais propriamente humanista e em certa moralidade convencional que ele parece manter, se bem que a sua maneira, em suas lições ao príncipe.

Além disso, o estudo busca lastrear, conquanto incidentalmente, o posicionamento político de Maquiavel vazado no *Príncipe* à tradição dos teóricos do contrato social, assim como, (sempre), à arguta visão de fundo de Maquiavel acerca da natureza humana, porquanto é esta que, ao que parece, serve-lhe de referência mais imediata em suas reflexões respeitantes à condição humana (que é a condição de um ser jogado entre a *virtú* e a fortuna) dos protagonistas políticos e às diversas relações entre estes, do príncipe ao súdito, passando pelos príncipes estrangeiros, aliados, inimigos, nobres, religiosos, o povo etc.

Desse modo, pode-se dizer, de resto, que, o pequeno estudo em tela se justifica por, de um lado, valorizar uma leitura crítica do *Príncipe* de Maquiavel, dado que procura ir além das velhas fórmulas preconceituosas repetidas à exaustão e maquinalmente sobre o filósofo itálico nos manuais da “filosofia oficial” - leia-se: teologia ou ideologia política travestida de filosofia a serviço do *status quo* (ONFRAY, 2008, p. 11-32) -, e, de outro, chamar a atenção para um Maquiavel autor do *Príncipe* que, sim, levou seu diagnóstico antropológico e suas prescrições políticas às raias do radicalismo, mas que, isso inobstante, em momento algum coloca de parte o senso crítico (como quando critica o uso indiscriminado da força) e tampouco seu estofo humanista, donde, ao fim e ao cabo, ser o caso de falar, por mais justo, num Maquiavel *crítica e humanisticamente realista*, em vez de um perverso Maquiavel “maquiavélico”.

2 O CONTEXTO DE MAQUIAVEL: POLITICAMENTE TENEBROSO, INDIVIDUALMENTE *DOLCE*

Antes de adentrar na apresentação propriamente dita de *O Príncipe*, sente-se a necessidade de refrescar a memória acerca do cenário em que se move Maquiavel, certamente não apenas porque a contextualização de qualquer autor (e de sua obra) é sempre, no mínimo, de bom alvitre para a compreensão de seus motivos de fundo, mas porque, em se tratando de Maquiavel, a análise contextual não pode deixar de revestir-se de importância especial, na medida em que o pensador itálico foi, (para o bem ou para o mal), decisivamente plasmado por sua época.

Bem, esquematicamente, os contornos gerais da vida particular e do momento histórico-político de Maquiavel são os seguintes:

[...] nasceu em Florença em 1469 numa antiga família cidadã. Pouco se sabe de sua vida até 1498, quando ele foi nomeado secretário e segundo chanceler da República Florentina. Durante sua permanência no cargo, viajou em missão à corte de Luís XII e à do imperador Maximiliano; esteve com César Bórgia na Romanha e, tendo observado a eleição papal de 1503, acompanhou Júlio II em sua primeira campanha de conquista. Em 1507, na qualidade de chanceler dos recém-nomeados *Nove di Milizia*, organizou uma força de infantaria que participou da captura de Pisa em 1509. Três anos mais tarde, ela foi derrotada pela Liga Santa em Prato, os Médici retornaram a Florença, e Maquiavel viu-se excluído da vida pública. Depois de sofrer prisão e tortura, recolheu-se em sua propriedade rural nas imediações de San Casciano, onde, em companhia da esposa e dos seis filhos, se dedicou a estudar e escrever. Entre suas obras figuram *O príncipe*; *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; *A arte da guerra* e a comédia *A mandrágora*, uma sátira sobre a sedução. Em 1520, o cardeal Giulio de Médici encomendou-lhe uma história de Florença, que ele concluiu em 1525. Após um breve retorno à vida pública, Maquiavel faleceu em 1527 (MAQUIAVEL, 2010a, p. 1).

Mas, uma vez que, como dito, em se tratando de Maquiavel, a consideração contextual tem relevância distinta, os dados histórico-biográficos “supra” por demais genéricos não bastam, fazendo-se mister chamar a atenção, mesmo que celeremente, para outros dois níveis de contextualização, um centrado especificamente na Florença do autor de *O Príncipe* e outro mais amplo, abrangendo o restante da Itália e a Europa em geral contemporâneas ao pensador florentino.

Assim, respeitante à situação de Florença no *Cinquecento*, no qual se deu a maior parte da vida adulta e atuação política e intelectual de Maquiavel, o que se observa é que, embora fosse uma das maiores cidades da Europa e continuasse pungente e florescente no campo das artes, da economia (graças às suas indústrias têxtil e da seda) e dos estudos clássicos (os quais eram patrocinados, ao contrário do que se sucedia nos demais lugares, pela elite urbana e pelo governo municipal, e não pela patronagem dos príncipes), Florença já não possuía, como outrora (BUCKHARDT, 2012, p. 74-90), o papel de destaque no novo terreno político europeu do século XVI, conforme sentiu na pele o próprio Maquiavel em suas missões no exterior, em que, por vezes, era humilhado por representantes de potências maiores (GRAFTON, *In*: MAQUIAVEL, 2010a, p. 26).

Por seu turno, tangentemente à Itália (política) em geral, o *Cinquecento* também foi negro e vergonhoso. Na verdade, essa atmosfera politicamente tenebrosa teve um início algo prematuro, visto que se instala na Itália em 1494 (final do século XV, pois), com a invasão da península por Carlos VIII da França:

Desde que decaiu o Império Romano, diz na sua *Storia d'Italia* Guicciardini, amigo e confrade em historiografia de Maquiavel, ‘jamais havia a Itália tido prosperidade e governos melhores’. Referia-se à Itália de antes da *calata del Barbaro*, a invasão do nefando Carlos VIII. Referia-se àquela Itália que tinha em Florença um homem de Estado e de letras do porte de Lorenzo, o Magnífico: a Itália até Lorenzo. Sua morte, dois anos antes da *calata*, marcou o início do auge do florescimento das artes e da literatura; e de algum modo, com a primeira queda fragorosa dos Medici em Florença, que a seguiu, marcou o desfibramento dos príncipes e das *signorie* das comunas da península (D’ELIA, 2006, p. 9; grifo do autor).

Para não falar nos demais “bárbaros”, como as incursões promovidas pela Espanha (não infrequentemente em conjunto com a França) e o apoio do “[...] imperador Maximiliano e os suíços, disciplinados soldados de aluguel, [por] secundarem os conquistadores na obra de pilhagem e despedaçamento” (D’ELIA, 2006, p. 10).

De fato, rigorosamente falando, é com a *calata del Barbaro* que começa o irreversível processo de decomposição do “jardim do Império” (como chamara a Itália, outrora, Dante) e que continuará ao longo do século XVI, chegando-se ao ponto de o pontificado, que

ambicionava expandir seu poder temporal (D'ELIA, 2006, p. 9-10), e dos próprios príncipes italianos concorrerem para tanto:

[os príncipes italianos] quando mais fortes um pouco, [atiravam-se] aos seus vizinhos mais fracos com suas tropas mercenárias comandadas por *condottieri* venais, ou com o auxílio das armas auxiliares – as formadas de homens seus ou de mercenários italianos e de gente fornecida pelas potências invasoras, os ‘bárbaros’ (D'ELIA, 2006, p. 10; grifo do autor).

Naturalmente, dado seu desdobramento paradigmático, esse processo de desintegração da Itália deixou ao mundo, por legado, lições importantes. Lições tanto da virtude política professada por Maquiavel, na medida em que o engenho e a diligência políticos são postos a serviço da promoção dos desígnios do poder estatal, (como conquista, manutenção e expansão), quanto lições de inescrupulosidade moral ou “maquiavelismo”, considerando-se os meios e os motivos ilícitos de que se valem os protagonistas políticos envolvidos para alcançarem seus objetivos, tais como “[...] rapacidade, traição, violência criminosa, luxúria, crueldade humana, egoísmo e ódio encarniçado” (D'ELIA, 2006, p. 7).

A bem da verdade, a impressão que fica e que é de entrar pelos olhos é a de que se trata de um período violento, pautado no uso indiscriminado, por parte dos principados (civis e eclesiásticos), das técnicas políticas e dos demais artefatos da razão recém-engendrados ou redescobertos.

Segundo Antonio D'Elia (2006), isso se deu devido ao fato de que, se, por um lado, o homem se vê às voltas, sobretudo a partir do século XVI, com a responsabilidade individual e seu destino particular, por decorrência de transformações culturais consubstanciadas em fenômenos como a *virada epistemológica*, do paradigma teocêntrico para o antropocêntrico¹; a *mundanização da inteligência*, haja vista o fato de o intelecto passar a servir não mais apenas aos propósitos espirituais e religiosos, mas também, e quiçá principalmente, a toda sorte de assuntos e interesses prosaicos; a *redescoberta ou renascença da Antiguidade greco-romana* (GRANADA, 2000), com a conseqüente revalorização do elemento humano (sem prejuízo *necessário*, contudo, do elemento espiritual-religioso); a *expansão e emancipação das artes e do artista*, tanto no que diz respeito a seus elementos técnicos e temáticos, quanto

¹ Miguel Reale explica com precisão a virada epistemológica em questão: “O Renascimento, que marcou o despertar da cultura para um novo mundo de valores, é dominado pela ideia crítica de redução do conhecimento a seus elementos mais simples. Enquanto na Idade Média existia um sistema ético subordinado a uma ordem transcendente, o homem renascentista procura explicar o mundo humano tão-somente segundo exigências humanas. Poder-se-ia dizer que a *lex aeterna* é posta entre parênteses: - Machiavelli e Hobes querem explicar o Direito e o Estado sem transcender o plano do simplesmente humano” (REALE, 2002, p. 644; grifo do autor).

no que concerne à dignidade e importância do artista e de seu papel na sociedade²; e o advento, mesmo que ainda tímido e incipiente, da racionalidade científica, que a pouco e pouco se traduziu na adoção de um novo método de interpretação da realidade, máxime das realidades física e biológica, e em procedimentos mais ousados de exploração do mundo, graças ao aparato tecnológico viabilizado pela ciência; por outro lado, íamos dizer, o homem revela-se irresponsável e inconsciente para com o destino de instâncias que o transcendem enquanto mero indivíduo, tais como a sociedade, a moralidade, a espiritualidade, e, em última análise, a espécie.

De se lembrar, contudo, uma vez mais, que, é na Itália do *Cinquecento* que todo o drama do paradoxo em questão se faz de fato sensível. Diz-nos Antonio D’Elia:

Essa conquista de si próprio, entretanto, como que se faz a um custo absurdo. Dir-se-ia que a tudo quanto de melhor tem eclosão na Itália do *Cinquecento* se contrapõe tudo quanto de pior se produziu – para ela – na Europa e nela mesma. Enquanto a elevam e glorificam os Michelangelo, Leonardo, Boticelli, Rafael, Ticiano, Vasari, Ariosto, Maquiavel, Berni, Guicciardi, Folengo, Tasso, Giordano Bruno, Palestrina e um pouco mesmo um Aretino e um Bembo, espoliam-na, laceram-na, infamam-na os Carlos VIII, Luíz XII, Alexandre VI, Júlio II, Fernando, o Católico, Maximiliano I, Carlos V, César Bórgia, os Medici, os Colonna, os Vitelli, os Orsini, os Sforza e todos os heróis rapinantes que foram *os condottiere* (D’ELIA, p. 6; grifo do autor).

Vê-se, pois, que é nessa conturbada, mas acima de tudo paradoxal Itália do século XVI que iremos encontrar Maquiavel. Uma Itália que, se, politicamente, acha-se negra e em crise, por outro lado, é, por assim dizer, eudaimônica e artisticamente brilhante.

A propósito, especificamente quanto à situação das artes de então, elucidada Gombrich:

O início do século XVI, *Il Cinquecento*, constitui o mais famoso período da arte italiana e um dos maiores de todos os tempos. Foi a época de Leonardo da Vinci e Miguel Ângelo, de Rafael e Ticiano, de Correggio e Giorgione [...]. É-se tentado a perguntar por que todos esses grandes mestres nasceram no mesmo período, mas tais perguntas são mais fáceis de fazer do que de responder. Não há como explicar a existência do gênio. É preferível apreciá-lo (GOMBRICH, 2012, p. 288; grifo do autor).

Aliás, no fundo, a relação entre esses dois cenários agudiza ainda mais o paradoxo da realidade italiana à época, haja vista que, de certa forma, o segundo contribuía para o enegrecimento do primeiro, seja porque os sucessos no campo da vida econômica, intelectual e artística “[...] destruíam o brio dos italianos, tornavam-nos pusilânimes e acomodados”

² Explica-se que foi um período de “[...] grandes descobertas, quando os artistas italianos se voltaram para as matemáticas a fim de estudarem as leis da perspectiva, e para a anatomia a fim de estudarem a construção do corpo humano. Os horizontes dos artistas ampliaram-se através dessas descobertas. O artista deixou de ser um artífice entre artífices, pronto a executar encomendas de sapatos, armários ou pinturas, conforme fosse o caso. Era agora um mestre dotado de autonomia, não podendo alcançar fama e glória sem explorar os mistérios da natureza e sondar as leis secretas do universo” (GOMBRICH, 2012, p. 288).

(D'ELIA, 2006, p. 10), seja porque a prosperidade italiana (a *dolce vita*³) terminava por estimular uma espécie de inveja e ressentimento na Europa em volta, a exemplo do que se passa na Alemanha - onde, aliás, não por acaso, teve lugar a Reforma. Com efeito: “Na Itália fazia-se rir. E isso indignava a Alemanha e provocava a Reforma [...]” (D'ELIA, 2006, p. 11).

Desse modo, mais não é preciso dizer para perceber que toda essa urgência política do *Cinquecento* não poderia deixar de influir em um Maquiavel, ditando-lhe, dentre outras coisas, a têmpera intelectual e os assuntos de seus textos, conforme se verifica, em especial, no *Príncipe*.

3 O ESTILO E A DOCTRINA: SOB O SIGNO DE UM HUMANISMO LÚCIDO

De fato, se levarmos em consideração que em 1494 (ano em que, como vimos, começam as convulsões políticas que se estenderão ao longo do século XVI) Maquiavel conta com 25 anos e que ele falece em 1527, bem como que, por conseguinte, o pensador italiano passou algo em torno de 33 anos às voltas com várias das vicissitudes políticas que perfizeram o tenebroso cenário da Itália do *Cinquecento*, isso significando viver em um “[...] clima de guerra e de intrigas diplomáticas, conhecendo de perto os horrores e as perfídias das campanhas e das manobras de seus bastidores” (D'ELIA, 2006, p. 11), então não é de surpreender que a maior parte de suas atividades tenha sido no âmbito da política, tampouco que seu temperamento tenha sido tão lucidamente realista, ou, para ficarmos com palavras de Antonio D'Elia, o “bom senso realístico”.

Obviamente, não se trata de um realismo qualquer, pois o senso realístico de Maquiavel é de um colorido que se poderia denominar prático, talvez em função do terreno em que mais frequentemente se movimenta, a saber, o político, ou, melhor dizendo, o conturbado terreno político da Florença do século XVI, que demanda de forma efetiva e urgente as principais virtudes de um homem pragmático, tais como concisão, precisão, sobriedade, capacidade de dar preferência (sempre que necessário) ao conteúdo em detrimento da forma, simplicidade, fôlego comedido e economia, todas estas qualidades que, sendo Maquiavel por primeiro e antes de tudo um humanista e literato (MAQUIAVEL,

³ Explica-se: “A *dolce vita*, a licenciosidade, o ócio, os prazeres refinados proporcionados por uma prosperidade conquistada sem guerras pela burguesia nascente da decadência da nobreza rural e do comércio e da indústria que aproveitava com talento os produtos do campo, esse amolecimento e essa euforia, ao mesmo tempo que propiciavam um florescimento jamais conhecido das artes, destruíam o brio dos italianos, tornavam-nos pusilânimes e acomodados” (D'ELIA, 2006, p. 10).

2010b), terminaram por constituir, à maravilha, o estilo de seus escritos, mas especialmente o estilo do *Príncipe*:

O príncipe de Maquiavel parece, para quem o lê sem conhecer seu contexto, um manual abstrato cujos princípios se aplicam quase tão bem a um conglomerado moderno quanto a um Estado renascentista. Mas, [...] Maquiavel era em muitos aspectos um produto característico de Florença, a cidade em que chegou à maturidade, a cujo governo serviu de 1498 a 1512 e para o qual escreveu a série de livros admiravelmente originais pelos quais é lembrado – sobretudo *O príncipe*, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, *História de Florença* e *A mandrágora*. O interesse obsessivo de Maquiavel pelo funcionamento da política, sua paixão pelos mexericos em torno a homens importantes e altos negócios, seu desesperado esforço para enunciar regras capazes de prever a reação dos homens aos desafios e crises políticas – todos esses e muitos outros traços de caráter e intelecto, ele os compartilhava com um grande número de concidadãos. [...] Tanto na forma quanto no conteúdo, *O príncipe* deve muitíssimo à sociedade e cultura peculiares que seu autor cresceu, trabalhou, pensou e viveu sua própria crise política (GRAFTON *In*: MAQUIAVEL, 2010a, p. 24-25; grifo do autor).

A propósito, não seria disparatado dizer que o realismo em Maquiavel é como que elevado ao quadrado, na medida em que advém tanto da natureza preponderantemente política do substrato de seu pensamento quanto da forma adotada, objetivada na palavra direta, pontual e seca, *i.e.*, sem floreios, à maneira de um manual.

Antonio D’Elia (2006) chega até mesmo ao ponto de dizer que, no final das contas, o que há de verdadeiramente original, palpitante e interessante no *Príncipe* nem são as lições ao príncipe e tampouco sua temática, mas justamente esse estilo realístico que Maquiavel imprime ao texto - ao lado, não há olvidar, de um método investigativo igualmente realista, eis que calcado na lógica e numa experiência experimentada (GIOVANNI, Reale; ANTISERI, Dario; 2009; p. 93-94).

Aliás, o próprio Maquiavel, ao que parece, esteve conscientemente a par da natureza distinta de sua abordagem:

Como sei que muitos já escreveram sobre o assunto, receio ser tomado por presunçoso ao tratar mais uma vez do tema, sobretudo por apartar-me dos argumentos da maioria. Porém, sendo minha intenção escrever coisas que sejam úteis a quem se interesse, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade efetiva da coisa que à imaginação em torno dela. E não foram poucos os que imaginaram repúblicas e principados que nunca se viram nem se verificaram na realidade. Todavia a distância entre o como se vive e o como se deveria viver é tão grande que quem deixa o que se faz pelo que se deveria fazer contribui rapidamente para a própria ruína e compromete sua preservação: porque o homem que quiser ser bom em todos os aspectos terminará arruinado entre tantos que não são bons. Por isso é preciso que o príncipe aprenda, caso queira manter-se no poder, a não ser bom e a valer-se disso segundo a necessidade (MAQUIAVEL, 2010a, p.97-98).

A propósito, aduz Anthony Grafton:

À primeira vista, o livro que Maquiavel escreveu para demonstrar destreza como analista político parece tão tradicional quanto seu método. Antes dele, muitos humanistas, desde Petrarca, abordaram o tema do príncipe ideal. E, tal qual

Maquiavel, discutiram como devia ser a educação do príncipe, de que qualidades morais e intelectuais ele mais precisava e de que maneira lidar com os súditos. Assim como a de Maquiavel, suas obras vinham abarrotadas de exemplos clássicos de boa ou má conduta, extraídos de antigos biógrafos e historiadores. O título dos capítulos de *O príncipe* [...] oferecia indicações a qualquer pessoa culta: Maquiavel e seus leitores trilhavam um caminho pelo qual muitos já haviam passado. Mas, desde o início, ele insistia na originalidade de sua abordagem, mesmo das questões mais tradicionais a que se referia. Os tratados humanistas anteriores acerca do príncipe ideal começavam com princípios éticos gerais: a natureza do homem, o próprio governo, a vinculação de ambos na busca da vida virtuosa. Maquiavel, pelo contrário, teve a audácia de declarar que trataria a política tal como ela realmente era. Dividiu todos os principados em duas categorias, o novo e o consolidado, e, abstendo-se de qualquer juízo de valor, explicou do que o príncipe necessitava, em cada caso, para manter o controle de seu reino (GRAFTON, *In: MAQUIAVEL*, 2010a, p. 31-32; grifo do autor).

E, como dito, em nenhum outro trabalho Maquiavel deixa a marca de sua *abordagem realista* tão límpida e arrematadamente quanto no *Príncipe*:

O príncipe é um manual de ação escrito em intenção do homem que deverá salvar a Itália dos “bárbaros” e unificá-la. Conciso, vazado num estilo de todo inconforme ao da época, que era o do período largo, da divagação desapressada e do pensamento sacrificado pela aspiração à quase única beleza da forma, esse manual tem a economia e a sobriedade de um documento que hoje ficaria talvez confinado nos arquivos secretos das instruções para bem se manobrar na consecução e manutenção do poder. Maquiavel era, porém, sobretudo um literato: o ‘idioma florentino’ que Dante, ressentido de Florença, pretendia ser o seu – o italiano das cortes e, portanto, o das intrigas e conchavos -, esse idioma se fazia plástico em mãos do secretário florentino, conformava-se soberanamente à expressão do seu pensamento poderosamente límpido... e brutal. Quase despojada de imagens e metáforas, quase falta das alegorias em que se compraziam ainda os renascentistas, não libertos de todo do pesado simbolismo medieval, sua expressão tem o ritmo e a grandeza das inscrições lapidares e a concisão da máxima (D’ELIA, 2006, p. 12; grifo do autor).

Adverte-se, ademais, que, não é gratuita ou supérflua essa atenção para com o estilo de Maquiavel, a começar pelo fato de que “[...] a exposição traz a marca do pensamento do qual procedeu, pois o estilo é a fisionomia do espírito” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 560).

Depois, tem-se de reconhecer que além de não ser um estilo desprovido de beleza, mas um estilo dotado de beleza própria (uma beleza não convencional à época, poder-se-ia dizer), foi justamente essa estilização de beleza simples que ajudou *O Príncipe* a fazer frente às condenações e apóstrofes (sobretudo por parte de religiosos) de que foi alvo:

O pensamento do secretário pôde cristalizar-se mercê de sua expressão artística; e pôde, por isso, superar a onda de condenação e as apóstrofes que caíram sobre o maquiavelismo: as que lembrou Foscolo no seu *Commentario critico degli scritti e della fama di Machiavelli*, tratando da hostilidade universal de católicos e protestantes contra ele, com o cardeal Reginaldo Polo à frente, a denunciar que *O príncipe* se destinava à ruína dos príncipes; as de Tommaso Bozio nos seus dois livros *adversus Machiavellum* (os homens tornar-se-ão feras); as dos jesuítas – apesar de adotarem a máxima maquiavélica de ‘os fins justificam os meios’; as de Gian Lorenzo Lucchesini, com o seu *Saggio delle schiocchezze di Niccolò Machiavelli*; e as de tantos outros; e pôde superar, inclusive, a infâmia da inscrição no *Index*” (D’ELIA, 2006, p. 13; grifo do autor).

Contudo, não foi apenas esse estilo de beleza simples do *Príncipe* que lhe possibilitou superar a saraivada de críticas que sofreu, porquanto a própria força da reflexão política constante do livro em questão o ajudou, outrossim, a vencer as objeções - as quais, todavia, ao que parece, constituíram-se menos em contra-argumentações consistentes do que em meras condenações exaltadas voltadas a desmoralizar ou difamar a obra e seu autor.

A propósito, esse expediente, relativamente comum na História das Ideias, caracteriza-se na atitude de não buscar tanto demonstrar o equívoco ou impropriedade da tese do adversário, mas sim fazer crer que até mesmo a cogitação desta é imoral. Portanto, consiste em tomar, sem mais, uma impropriedade de raciocínio por uma falta moral (ONFRAY, 2008, p. 9-16).

Mas no tocante especificamente às objeções desse tipo endereçadas ao autor do *Príncipe*, bastaria invocar Schopenhauer:

[...] o problema de Maquiavel era a solução da questão relacionada a como o príncipe poderia INCONDICIONALMENTE manter-se no trono, a despeito dos inimigos internos e externos. Seu problema de modo algum era de natureza ética, a saber, se um príncipe, enquanto homem, deveria ou não querer tal coisa, mas puramente político, ou seja, de como, SE quisesse, poderia executá-lo. Ele dá a solução para isso como se prescrevesse uma instrução para o jogo de xadrez, em que seria insensato pedir resposta à pergunta se seria moralmente aconselhável em geral jogar xadrez. Censurar Maquiavel pela imoralidade de seu escrito é tão fora de propósito quanto o seria censurar um professor de esgrima por não ter iniciado sua aula com uma preleção moral contra assassinato e homicídio (SCHOPENHAUER, 2005, p. 641; grifo do autor).

À parte as contestações infundadas ou moralistas ao autor do *Príncipe*, importa é que, a crer na leitura de Antonio D'Elia (2006), o ponto vital do pensamento político desenvolvido por Maquiavel no *Príncipe* (obra, diga-se de passagem, dedicada a Lourenço de Médici⁴) está na ousadia em tentar argutamente justificar o recurso a *meios* que, à primeira vista, figuram (no mínimo) suspeitos, a exemplo de violência, fraude, crueldade, força, astúcia, traição e assassinato, mas que, isso inobstante, revelam-se indispensáveis a fim de combater meios semelhantes enquanto manejados e praticados por inimigos internos e ou externos ao príncipe.

A bem ver, a *doutrinação* ou *recomendação* de Maquiavel desses recursos tão controversos justifica-se, conforme se verá à frente com mais vagar, se se compreende que eles são *prescritos* à guisa do que comumente se denomina “mal necessário”, ou, para ficarmos com uma terminologia atual, “razão de estado”, quando não “estado de exceção” (AGAMBEN, 2004), sendo certo que, em Maquiavel, o apelo a tais recursos extremos não

⁴ Explica-se: “Inicialmente, Maquiavel quis oferecer a Juliano de Médici. Porém, com a sua morte em 1516, antes da publicação do livro, *O príncipe* foi dedicado a Lourenço de Médici, sobrinho de Juliano” (GRAFTON, In: MAQUIAVEL, 2010a, p. 41; grifo do autor).

parece ser gratuito ou escamoteação de interesses espúrios, mas a decorrência última e natural de uma antropologia pessimista e de um contexto social igualmente pessimista – o que, frise-se, não é de surpreender, considerando-se a correspondência natural que tende a existir entre a opinião antropológica de fundo de um autor e o tom de suas opiniões ético-políticas (REALE, 2002, p. 647).

De fato, é patente a ênfase que o secretário dá ao lado abjeto da natureza humana. Por exemplo, para Wayne Morrison sua antropologia baseava-se numa leitura desconfortavelmente negativa “[...] que representava homens e mulheres como seres mergulhados no egoísmo, na fraude e na trapaça, combinada com uma concepção quase sempre secular do governo” (MORRISON, 2006, p.89).

Ademais, diga-se de uma vez por todas, não se pode perder de vista a peculiar conjuntura histórico-política em que se situa o pensador itálico, em que medidas mais enérgicas e radicais para libertar a Itália dos “bárbaros” figuram, à altura em que vive e pensa Maquiavel, como o único remédio ou via de ação praticável, senão porque para os bárbaros “[...] os tratados eram letra morta e a palavra jurada valia enquanto não sobreviessem razões mais fortes do que as que as fizeram serem pronunciadas” (D’ELIA, 2006, p. 13), para não falar das dificuldades, dúvidas e perigos já naturalmente inerentes à empreitada de uma nova ordem, que era, conforme veremos à frente, a ação mais específica a que Maquiavel *exortava* o príncipe italiano:

[...] não há coisa mais difícil de lidar, nem mais duvidosa de conseguir, nem mais perigosa de manejar que chefiar o estabelecimento de uma nova ordem. Porque aquele que a introduz tem por inimigo todos os que se beneficiavam da antiga ordem e, por amigo, os fracos defensores que dela se beneficiariam; fraqueza que em parte deriva do medo dos adversários, que tinham as leis a seu lado, e em parte da incredulidade dos homens, que na verdade não creem nas coisas novas, a menos que se assentem numa experiência sólida (MAQUIAVEL, 2010a, p. 63-64).

4 O PRÍNCIPE: ANTROPOLOGICAMENTE FRANCO E POLITICAMENTE URGENTE

Informa-nos Antonio D’Elia que, em 1503, (portanto, dez anos antes da gestação de *O Príncipe*), Maquiavel concebeu um texto, ou, mais especificamente, uma memória (intitulada *Parole da dirle sopra la provisione del danaio*) em que já se pode entrever em estado de geminação algumas das ideias capitais que hão de conformar a espinha dorsal de *O Príncipe*, sejam elas: “[...] o mal da cidade sem armas que confia nas dos outros Estados, a necessidade

de ter exército nacional para defender-se dos inimigos e de considerar inimigos todos os que podem esperar tomar o Estado do príncipe desarmado” (D’ELIA, 2006, p. 15).

Com efeito, conforme Maquiavel haverá de desenvolver pormenorizadamente em *O Príncipe*, é condição indispensável que o principado, a fim de que possa ter *força* para garantir a observância de seus desígnios traduzidos em *leis* ou *ordens*, constitua-se como uma instância *suficientemente armada*, vale dizer, constitua-se como uma instância dotada de armas próprias (leia-se: *aquelas compostas de súditos, de cidadãos ou de vassalos*), e não de armas alugadas ou de armas de aliados, porquanto em ambas as situações o príncipe não detém controle e poder satisfatórios sobre o armamento, a começar pelo fato de que, sem armas próprias, sempre correrá o risco de se ver chantageado (MAQUIAVEL, 2010a, p. 94).

É dizer: para o Maquiavel do século XVI, tal como, *mutatis mutandis*, para o Kelsen da centúria passada (KELSEN, 2006, p. 35), a “bondade” da lei passa por sua capacidade de se garantir através da força (e tanto mais eficazmente quanto mais a instância determinadora da lei é efetivamente dona da força garantidora de uma observância minimamente satisfatória do comando legal), justamente por se tratar de lei ou ordem e não de um mero querer:

[...] existem duas matrizes de combate: uma, por meio das leis; outra, pelo uso da força. A primeira é própria dos homens; a segunda, dos animais. Contudo, como frequentemente a primeira não basta, convém recorrer à segunda: por isso um príncipe precisa saber valer-se do animal e do homem (MAQUIAVEL, 2010a, p. 104.105).

De fato, a força (o elemento animal) é um recurso cuja *possibilidade* de ser utilizado já se acha subtendida na ideia mesma de lei, (o elemento humano), pena desta se descaracterizar (MATA-MACHADO, 1957). Demais, importa frisar que, no entender de Maquiavel, uma vez que o príncipe precisa saber lançar mão do elemento “animal”:

[...], dentre todos ele deve escolher a raposa e o leão, pois o leão não pode defender-se de armadilhas, e a raposa é indefesa diante dos lobos; é preciso, pois, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para afugentar os lobos – aqueles que simplesmente adotam o leão não entendem do assunto” (MAQUIAVEL, 2010a, p. 105).

Sobre essa ênfase dada por Maquiavel à ordem e sua importância para a afirmação do paradigma político emergente à época, diz-nos o professor doutor José Luiz Borges Horta: “Podemos, de fato, identificar em tal apelo à ordem o ponto inicial de uma interessante via de pensamento que, passando por Maquiavel, Bodin e Hobbes, acaba por consolidar uma nova ordem política” (HORTA, 2011, p. 30).

Contudo, isso não quer dizer que o pensador itálico é de pensar que basta municiar a legislação de força para que ela já possa ser considerada “boa”, apenas que o respaldo da força é um dos componentes necessários à sua “bondade”.

Desse modo, a independência de força (ideia, já se vê, que se circunvizinha a de soberania) é a premissa basilar da doutrina política pugnada e apresentada mais detalhadamente por Maquiavel em *O Príncipe*, pois somente assim o governante logrará êxito na consecução de suas atividades elementares, quais sejam, *conquistar, manter-se e defender-se*, as quais, via de regra, se traduzirão, internamente, em garantir o cumprimento das leis, e, exteriormente, *i.e.*, no plano internacional, em defender-se dos inimigos, sendo certo que, em última instância, tudo isso convergirá para a realização do *telos* do príncipe, a saber, sua segurança, conseqüentemente, a segurança do Estado e dos súditos (D’ELIA, 2006, p. 17)

No entanto, o *meio* para o alcance desses propósitos não se resume apenas em tornar-se autônomo, em matéria de força, por intermédio da posse de armas próprias, porque é mister, outrossim, a aquisição da famigerada *virtú* ou *virtude política*:

Maquiavel também falava em virtude, constantemente. Mas empregava o termo “virtude” em muitos sentidos, inclusive no da necessária e fundamental capacidade, independentemente de quaisquer questões acerca do bem ou do mal, de manter o controle dos súditos e do reino. Em consequência, Maquiavel dizia constantemente ao leitor que as qualidades tradicionalmente consideradas “virtuosas”, no sentido cristão ou feudal, nada tinham de virtuosas no príncipe. A liberalidade, por exemplo, era uma das mais bem estabelecidas virtudes principescas. No entanto, se praticada seriamente, arriscava levar à prodigalidade, à ostentação e à dilapidação da riqueza do príncipe e à opressão de seus súditos, e, no fim, ao desprezo e ao ódio destes por ele. O príncipe que compreendesse verdadeiramente a “virtude” – no sentido das qualidades necessárias à perpetuação de seu Estado e poder – preferiria o “vício” da avareza à “virtude” da liberalidade (GRIFTON, *In*: MAQUIAVEL, 2010a, p. 32-33; grifo do autor).

Mais exatamente, a virtude política de Maquiavel se desdobra em duas formas ou categorias fundamentais de sabedoria: por um lado, a *sabedoria do comandante*, e, de outro, a *sabedoria do chefe de Estado*.

Quanto à primeira, de se dizer que é composta de virtudes “[...] que vão desde o saber conduzir os exércitos em campanha até o saber tratar os soldados, com magnanimidade ou equilibrado vigor, segundo as circunstâncias” (D’ELIA, 2006, p. 15). Aliás, Maquiavel chega ao ponto de dizer que, na prática, dominar a arte da guerra seria a virtude por excelência do príncipe:

[...] um príncipe não deve ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer atitude arbitrária, que não a guerra, com suas disposições e disciplina; pois ela é a única arte que se espera de quem comanda, e é por virtude dela que não só se mantém os que já nasceram príncipes, mas também, frequentemente, chegam ao poder homens de fortuna pessoal (MAQUIAVEL, 2010a, p. 94).

Noutro passo: “[...] jamais se deve desviar o pensamento dos exercícios da guerra; e na paz o exercício deve ser mais intenso que na guerra, o que pode ser feito de duas maneiras: primeiramente, com ações; depois, com a mente” (MAQUIAVEL, 2010a, p. 95).

Por sua vez, a segunda sabedoria, a do chefe de Estado, vem a ser a habilidade de discernir, em cada contingência ou contexto particular, a disposição mais adequada ou oportuna para a garantia e promoção dos interesses do Estado⁵, a começar por sua conservação.

Noutros termos, a virtude política em questão, isto é, a habilidade de discernimento com relação às disposições subjetivas a adotar, traduz-se, para Maquiavel, numa espécie de prudência genial, a qual colocaria o príncipe em grau de diagnosticar os males e as ameaças ao Estado desde logo e, por conseguinte, a adotar a disposição hábil a enfrentá-los:

[...] reconhecendo a distância os males que medram nele [Estado] – o que só é dado ao homem prudente –, é possível saná-los de pronto; porém, se por imprevidência os deixarem crescer a ponto de se tornarem visíveis aos olhos de todos, não haverá mais remédio (MAQUIAVEL, 2010a, p. 53).

Mais especificamente, a sabedoria do chefe de Estado repousa em saber que “[...] nenhuma qualidade isolada pode ser identificada como ‘virtude’ e buscada em toda e qualquer situação” (GRAFTON, *In*: MAQUIAVEL, 2010a, p. 39; grifo do autor), vale dizer, repousa em saber relativizar os *meios*, o que, no frigidar dos ovos, significa estar disposto até mesmo a abrir mão de uma qualidade tida como positiva (a exemplo da piedade) em prol de uma negativa (*e.g.*, crueldade) e vice-versa sempre quando a salvaguarda do Estado o exigir:

Um príncipe não deve preocupar-se com a má fama de cruel se quiser manter seus súditos unidos e fiéis, pois com pouquíssimos atos exemplares ele se mostrará mais piedoso que aqueles que, por excesso de piedade, permitem uma série de desordens seguidas de assassinios e de roubos: estes costumam prejudicar a todos, ao passo que aqueles, ordenados pelo príncipe, só atingem pessoas isoladas (MAQUIAVEL, 2010a, p. 101).

Ainda:

⁵ Insta explicar que o Estado de que nos fala Maquiavel já é um Estado moderno. Contudo, este deve ser visto em conexão com as formas de vida pública que o antecederam: “A mais que abalizada voz de Cabral de Moncada conceitua: ‘Aquilo a que hoje, desde Machiavel, chamamos Estado, ‘lo stato’, o *Estado moderno* nacional e soberano – é preciso notar – não é senão uma dessas formas ou figuras da vida política. Sabe-se como esse Estado foi sendo forjado, pouco a pouco, na Europa ocidental, a partir de fins da Idade Média, e sobretudo como se robusteceu para cá do Renascimento. [...] o Estado Moderno [...] é apenas um grau mais adiantado numa escala de formas políticas” (HORTA, 2011, p. 29, grifo do autor). Quanto ao mais, vale ressaltar que Maquiavel já empregava o conceito de Estado no sentido de *personalidade jurídica* ou, se se quiser, *sociedade política*: “A questão da personalidade jurídica do Estado, tema tradicional das ciências jurídicas desde Laband e Jellinek, aceita até mesmo por jusnaturalistas do porte de Jacques Maritain e Mata-Machado, pode ser antevista na formulação originária de Maquiavel, como parece atestar Galvão de Souza: ‘A palavra ‘Estado’, designando a sociedade política, cunhara-a Maquiavel, que se servia de igual vocábulo já conhecido dos romanos, como expressão da condição jurídica da pessoa” (HORTA, 2011, p. 33).

Quando o príncipe está com seus exércitos e tem sob seu comando multidões de soldados, não deve importar-se absolutamente com a fama de cruel, pois sem ela não se mantém um exército imenso nem disposto ao combate (MAQUIAVEL, 2010a, p. 103).

Logo:

O príncipe deve ignorar o fato de suas ações serem consideradas virtuosas ou corruptas; ao contrário, deve fazer o que for necessário – o que quer que for apropriado – à situação em que se encontra, de modo que obtenha sucesso da maneira mais rápida e eficiente possível (MORRISON, 2006, p. 89).

Advirta-se, contudo, que, ao recomendar, ao lado da prudência, uma tal volatilidade subjetiva, Maquiavel não está a pressupor seu príncipe como um tábula rasa, o que significa dizer que a capacidade adaptativa do príncipe tem de encontrar, em algum momento, limitação, isto é, ela pode ir somente até determinado ponto, afinal, o príncipe tem sua natureza individual (temperamento, humor, dons, inclinações, personalidade, potencialidades física e intelectual, fraquezas etc.), para não falar da força do hábito, espécie de *segunda natureza* (ARISTÓTELES, 2009), que acaba sendo outro significativo obstáculo à prescrita relatividade do modo de proceder do príncipe. Isso porque este (à maneira de qualquer outro ser humano) dificilmente estará disposto a se desfazer de um hábito que tenha proporcionado, por longo tempo, bons resultados:

Não se encontra homem tão prudente que saiba acomodar-se a isso [relatividade]: seja porque não pode desviar-se daquilo que a natureza o impele, seja ainda porque, tendo sempre prosperado seguindo o mesmo caminho, não pode convencer-se de que seja bom apartar-se dele (MAQUIAVEL, 2010a, p. 133).

Todavia, ao menos para o problema das limitações naturais, ou seja, das virtudes em relação as quais o príncipe não tem a menor vocação ou disposição suficiente, Maquiavel encontra uma saída digna de seu espírito engenhoso, aduzindo que o príncipe não precisa efetivamente possuir todas as qualidades adequadas às contingências, pois, do que realmente precisa, é saber *simulá-las*.

Com efeito, a um príncipe “[...] não é indispensável ter de fato todas as qualidades [...], mas é imprescindível que pareça possuí-las; aliás, ousarei dizer o seguinte: tendo-as e observado-as sempre, elas são danosas, ao passo que, aparentado tê-las, são úteis [...]” (MAQUIAVEL, 2010a, p.106).

E o porquê da simulação lograr êxito tão facilmente também não é nenhum segredo ao arguto Maquiavel: “Os homens em geral julgam mais com os olhos que com as mãos; porque todos são capazes de ver, mas poucos, de sentir; todos veem aquilo que você parece, poucos tocam aquilo que você é [...]” (MAQUIAVEL, 2010a, p. 106).

Como resultado dessa franqueza política teórica e doutrinária tem-se a possibilidade de uma “conservação *via* equilíbrio”, haja vista que, no plano interno, a atuação do príncipe equivalerá à proteção do pequeno (o povo, os muitos) contra o grande (os poucos), o qual, por via de consequência, sabendo da estima que o povo nutre pelo príncipe, não ousará levantar-se contra este.

Ora, à primeira vista, seria de estranhar essa íntima relação que Maquiavel, (um pensador comumente tido como defensor do poder pelo poder⁶), estabelece entre o povo e o príncipe. Todavia, se olharmos de perto, constataremos que um tal estreitamento é, no fundo, perfeitamente consequente com seu estofamento humanista e seu ambiente cultural renascentista:

Aos olhos [dos primeiros humanistas], o objetivo do conhecimento dos clássicos (sobretudo os escritores romanos) era equipar um homem para o tipo de serviço público que heróis como Cícero tinham desempenhado: o melhor modo de vida (acreditavam eles) era o de um cidadão ativo e comprometido, lutando pela liberdade de sua *respublica* ou usando suas habilidades oratórias para convencer os outros cidadãos a lutar com ele. Para eles, “liberdade” significava libertar-se tanto da opressão externa exercida por uma força estrangeira como da dominação interna exercida por um César ou qualquer outra figura que reduzisse os cidadãos republicanos a meros súditos. Até mesmo Maquiavel, geralmente associado pela posteridade a técnicas de dominação pelo príncipe, exaltava esses valores em seus *Discursos sobre os primeiros dez livros de Tito Lívio*, e mesmo *O príncipe* não os evitava por completo; ele contém, por exemplo, notáveis apelos para que o governante confie na massa do povo, que nunca o decepcionará, e para que governe por meio de um exército de cidadãos, a instituição central do republicanismo renascentista (TUCK, *In*: HOBBS, 2008, p. 14-15).

Além disso, não há olvidar, como bem pontua Antonio D’Elia (2006), que não é de todo estranho ao *Príncipe* o esforço de legitimar o poder conferido ao governante, haja vista o fato de Maquiavel radicá-lo num *contrato implícito* entre o *príncipe* e a *comunidade que ele defende*:

Para além da suposta imoralidade ou amoralidade dos seus princípios baseados na força, na astúcia, na traição, no assassinio (na razão de Estado, dir-se-á depois), há a necessidade de uma harmonia moral: na verdade, a força não é arma da paixão individual, mas do Estado – e o Estado se destina a assegurar o bem universal; contra a deslealdade e o crime, não é possível contrapor senão a deslealdade e o crime do príncipe, ou seja: contra a violência e a fraude nascidas da paixão individual, deve ser lançado o recurso (defensivo) do poder conferido ao príncipe

⁶ Pode-se explicar tal interpretação exemplificando com a sempre conspícua opinião, em chave hegeliana, do professor doutor Joaquim Carlos Salgado, para quem o tipo de Estado articulado por Maquiavel (e Hobbes) identifica-se com um *Estado técnico*, centrado apenas no elemento formal: “Conforme anota Salgado, em Hegel o Estado de Direito (e bem assim o Espírito) vive três grandes momentos históricos. Aparece no mundo ético greco-romano (*Espírito imediato*), em que se tornam unas a vida privada e a vida pública, o interesse individual e o interesse da *pólis*, o cidadão e o Estado; caminha para a Idade Média (*o Espírito estranho a si mesmo*), em que o Espírito se aliena do Homem, uma vez que o poder é transferido a outro (Deus), o que acaba estimulando a construção, em Maquiavel, de um *Estado técnico*, em antítese com o antigo *Estado ético imediato*; e, finalmente, a partir da Revolução Francesa emerge o *Espírito certo de si mesmo – o Estado ético mediato*, ou Estado de Direito propriamente dito, tomado não mais como momento abstrato, mas como efetiva encarnação do Espírito, e com pretensões de universalidade, momento em que o Espírito é consciente de si: o homem pós-revolucionário sabe de seu poder, agora recuperado, e se reconhece como livre” (HORTA, 2011, p. 35; grifo do autor).

em virtude de um “contrato” implícito com a comunidade que ele defende (D’ELIA, 2006, p. 13).

A bem da verdade, a teoria do contrato social vai ao encontro de uma interpretação mais racional e realista da vida, tal qual a de Maquiavel. Aliás, a dar ouvidos à psicologia evolucionista hodierna, para a qual, entre as duas principais tradições de compreensão da ordem social, sejam elas, a econômica (ou do contrato social), na qual se encontra Maquiavel, e a sociológica, a primeira foi a que melhor se harmonizou com a moderna teoria da evolução:

Na tradição *sociológica*, sociedade é uma entidade orgânica coesa, e seus cidadãos individuais são meras partes. As pessoas são consideradas sociais por sua própria natureza, funcionando como constituintes de um superorganismo maior. Essa é a tradição de Platão, Hegel, Marx, Durkheim, Weber, Kroeber, do sociólogo Talcott Parsons, do antropólogo Claude Lévi-Strauss e do pós-modernismo nas humanidades e ciências sociais. Na tradição *econômica* ou do *contrato social*, sociedade é um arranjo negociado por indivíduos racionais movidos pelo auto-interesse. A sociedade emerge quando as pessoas concordam em sacrificar parte de sua autonomia em troca de proteção contra espoliações de outros exercendo sua própria autonomia. É a tradição de Trasímaco na *República* de Platão, e de Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Smith e Bentham. No século XX essa tradição tornou-se a base para os modelos do agente racional ou ‘homem econômico’ da economia e da ciência política, e para as análises do custo-benefício das escolhas públicas. A moderna teoria da evolução encaixa-se perfeitamente na tradição do contrato social. Afirma que as adaptações complexas, incluindo estratégias comportamentais, evoluíram para beneficiar o indivíduo (na verdade, os genes para aquelas características em um indivíduo), e não a comunidade, a espécie ou o ecossistema. A organização social evolui quando os benefícios de longo prazo para o indivíduo superam os custos imediato. Darwin foi influenciado por Adam Smith, e muitos de seus sucessores analisam a evolução da sociabilidade usando ferramentas tiradas diretamente da economia, como a teoria dos jogos e outras técnicas de otimização. [...] Obviamente, os humanos nunca foram solitários [...] e não inauguraram a vida em grupo discutindo sobre um contrato em uma época e lugar específicos. Bandos, clãs, tribos e outros grupos sociais são vitais para a existência humana, e têm sido desde que somos uma espécie. Mas a *lógica* dos contratos sociais pode ter impedido a evolução das faculdades mentais que nos mantêm nesses grupos. Arranjos sociais são contingências evolutivas, surgindo quando os benefícios da vida em grupo excedem os custos (PINKER, 2004, p. 389-390; grifo do autor).

Arrola-se, ainda, a leitura que faz, (a partir do magistério de Arnaldo Vasconcelos), o professor doutor José Luiz Borges Horta, pois que contempla tanto a questão das raízes clássicas do pensamento político de Maquiavel (e de outros de sua estirpe, porventura liberais) quanto a compatibilidade perfeitamente possível entre o pressuposto de algum tipo de contratualismo e a teoria política do autor do *Príncipe*:

O retorno à glória de outrora é inevitável, e mesmo imperativo; o mundo grego, redescoberto, alimenta o sonho liberal: “Com efeito, os grandes nomes da teoria política moderna, Maquiavel, Hobbes, Locke, Stuart Mill, Benjamin Constant, Montesquieu, Rousseau e Kant, tiveram as ideias básicas de suas doutrinas lançadas, precursoramente, pelos sofistas, que fizeram a revolução humanista da antiguidade clássica. Às suas concepções político-jurídicas integraram-se as ideias de contrato social de governo popular, de legalidade e de legitimidade” (HORTA, 2011, p. 64; grifo do autor).

De resto, insta advertir que, em que pese o fato de Maquiavel bater na tecla da *virtú* ou virtude política enquanto capacidade de, *grosso modo*, discernir e adotar *todos e quaisquer* meios e disposições psicológicas necessários à manutenção e garantia da preservação do Estado, cumpre reconhecer a preservação no pensamento do autor de um mínimo do sentido convencional ou mais estritamente moral de virtude, assim como a ideia de que sua virtude política não tem que ver com licença para o emprego indiscriminado e irrestrito de meios maléficos. Por exemplo:

[...] não se pode dizer que haja virtude em exterminar concidadãos, trair os amigos, não ter fé nem piedade nem religião; pois é possível conquistar o poder por esses meios, mas não a glória. Porque, se [por exemplo] considerássemos a virtude de Agátocles somente por sua capacidade de entrar e sair de perigos, ou a grandeza de sua alma por suportar e superar as forças adversas, não se vê como ele poderia ser considerado inferior ao melhor dos capitães; não obstante, sua feroz crueldade e desumanidade, aliada a infindáveis atrocidades, não consentem que ele seja celebrado entre os homens mais ilustres (MAQUIAVEL, 2010a, p. 74).

Noutro passo:

A crueldade bem empregada – se é lícito falar bem do mal – é aquela que se faz de uma só vez, por necessidade de segurança; depois não se deve perseverar nela, mas convertê-la no máximo de benefícios para os súditos. Mal usadas são aquelas maldades que, embora a princípio sejam poucas, com o tempo aumentam em vez de se extinguirem. Os que seguem o primeiro método podem remediar seus governos perante Deus e os homens [...]; quanto aos outros, é impossível que se mantenham no poder (MAQUIAVEL, 2010a, p. 76).

No fundo, tudo está em não olvidar que, se é certo que a virtude proposta por Maquiavel tem por alvo a superação dos aspectos negativos da virtude cristã, visto que, para o filósofo político florentino, o cristianismo havia enfraquecido o homem com sua moralidade de humildade, pobreza, inferioridade e demais disposições do gênero, não é dito, contudo, que o florentino pretendia acabar com a religião, pois sabe que esta tem um papel vital na conservação da ordem e unidade social (ao menos à época).

Apenas, o que pretende é colocar o príncipe acima, ou melhor, *fora* dos artificios éticos cristãos (úteis para o povo, mas danosos para ele, príncipe), por entender que estes mais atrapalham do que ajudam no exercício do hipócrita e brutal ofício principesco:

[...] *O príncipe* recomendava que um monarca absolutista deve ser capaz de grandes imposturas para manter-se no poder e impor sua vontade; *O príncipe* enfatizava a inevitabilidade do conflito social e a impossibilidade de eliminar a separação entre amigo e inimigo. O governo fraco era em parte um reflexo dos tipos de obrigações morais, ou de imaginação normativa, que a religião oficial estimulava. A cristandade colocava a felicidade suprema na humildade, na inferioridade e nos desprezos pelas coisas do mundo, enquanto as religiões da Antiguidade (ou assim pensava Maquiavel) haviam enfatizado a grandeza de alma, a força do corpo e várias outras qualidades que tornavam o homem um ser formidável. A cristandade produzira homens fracos, levando-os a tornar-se presas fáceis de homens mal-intencionados: ‘Nós, italianos, devemos à Igreja de Roma e a seus padres o fato de nos termos tornado irreligiosos e maus (...)’. Se, por um lado, a religião é necessária para manter

unido o povo comum e assegurar a paz e a ordem, levando-o a temer as consequências de desobedecer a autoridade, por outro o governante não deve se deixar conduzir por mitos religiosos. A religião era, de fato, um fenômeno ‘civil’, algo que devia ser discutido à margem da mitologia. O governante deve dissimular suas verdadeiras crenças e intenções ‘de modo que se torne um grande hipócrita e dissimulador (...)’ (MORRISON, 2006, p. 88-89; grifo do autor).

Destarte, conclui-se que, ao contrário do alardeado pela hermenêutica ordinária, *Maquiavel não é maquiavélico*, visto que o emprego de expedientes negativos é encarado pelo filósofo itálico como um procedimento válido até e enquanto *necessário* à preservação do principado, seja por força do pressuposto de certo mínimo moral (herança, ventila-se, tanto de sua formação mais propriamente humanista quanto de sua *religiosidade crítica*), seja por força da constatação de que o mal, quando gratuitamente empregado, conduz à ruína.

Portanto, a maldade deve ser limitada, se não mediante a *boa vontade* moral, então através, ao menos, de um egoísmo *racionalizado*, isto é, prudente, estratégico, calculista, enfim, um egoísmo a par de que “[...] as injúrias devem ser cometidas de uma vez só, de modo que, por sua brevidade, ofendam menos ao paladar; ao passo que os benefícios devem ser feitos aos poucos, para que sejam mais bem saboreados” (MAQUIAVEL, 2010a, p.77).

Acresce, ademais, que, o mal, quando praticado sem perícia (como quando é aplicado à esmo, de forma abusiva ou mesmo caprichosa e gratuitamente), termina por suscitar, em meio aos súditos, o *ódio* pelo príncipe, bem como, na medida em que compromete a glória do príncipe, o *desprezo* geral por este, o que, segundo Maquiavel, é assaz temerário, porquanto o *ódio* e o *desprezo* são fortes estopins de processos que podem conduzir, mais cedo ou mais tarde, à destruição do governante.

Desse modo, o príncipe deve “escapar” ao ódio e ao desprezo, pois, com relação ao primeiro caso (ódio), “[...] um príncipe precisa ter o povo a seu lado, do contrário não terá apoio nas adversidades” (MAQUIAVEL, 2010a, p. 79), assim como precisa manter o povo satisfeito (e os poderosos estimados), a fim de não dar motivos a conspirações (inclusive por parte de algum potentado astuto, que, sob o pretexto da insatisfação dos súditos do príncipe e de estar a oferecer apoio a estes, resolve atacar o príncipe).

Já no segundo caso, o desprezo deve ser evitado para que não haja dúvida quanto à capacidade do príncipe de governar, donde a importância de que suas ações denotem qualidades principescas como grandeza, animosidade, gravidade, força e inteligência.

A propósito, cumpre destacar que a questão da inteligência própria à figura do príncipe é particularmente especial em Maquiavel, a uma porque evidencia o fato de que, para o autor, o príncipe não é, como dito, um tábula rasa, dado que, no caso, é dotado de determinado

potencial intelectual inato (que pode não ser suficiente), e a duas porque, a bem dizer, o príncipe não se torna prudente mediante conselhos, antes, é graças à sua sensatez natural que ele se torna capaz de ser bem aconselhado.

Por exemplo, quanto ao primeiro ponto, vai dizer:

[...] existem três gradações de inteligência – o primeiro entende por si, o segundo discerne o que outro entendeu, o terceiro não entende nem a si nem a outrem; sendo o primeiro excelente, o segundo ótimo e o terceiro inútil [...]" (MAQUIAVEL, 2010a, p. 126).

Portanto, nota-se que, para Maquiavel, a inteligência do príncipe (como a de qualquer outra pessoa) corresponderá a uma dessas três gradações intelectuais naturais.

Depois, quanto ao dom da prudência, aduz que:

[...] um príncipe que não seja por si mesmo sensato não pode ser bem aconselhado [...]. Disso se conclui que os bons conselhos, de onde quer que venham, precisam surgir da prudência do príncipe, e não a prudência do príncipe, dos bons conselhos (MAQUIAVEL, 2010a, p. 128-129).

Em suma: um príncipe, para que possa ser de fato bem aconselhado, já precisará apresentar, segundo o raciocínio de Maquiavel, uma potencialidade intelectual se não *excelente*, ao menos *ótima*.

Daí vem que, no final das contas, o príncipe pode se prevenir mais seguramente do vício de se fazer odiado e ou desprezado se não deixar de observar o seguinte:

O que [...] torna [o príncipe] mais odioso [...] é ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres de seus súditos, devendo abster-se deles. E, uma vez que não se atente nem contra a honra nem contra os bens dos homens, a maioria deles viverá satisfeita; há somente que combater a ambição de uns poucos, o que de muitos modos e facilmente se refreia. O que o faz desprezível é ser reputado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto, coisas das quais um príncipe deve afastar-se como de um escolho, engenhando-se para que, em suas ações, se reconheçam grandeza, animosidade, gravidade, força; e, quanto aos assuntos civis, exigir que sua sentença seja irrevogável entre os súditos, mantendo-se em tal posição de modo que ninguém pense em enganá-lo ou traí-lo (MAQUIAVEL, 2010a, p. 107-108).

Pois bem. No que toca ao desdobramento de tudo isso para a questão da “conservação via equilíbrio” no plano internacional, de se dizer, muito basicamente, que, por seu turno, tal conservação decorrerá da atitude do príncipe voltada a mostrar-se, sempre, forte o suficiente para dissuadir o inimigo eventual, pois, naturalmente, presume-se que este, em seus cálculos, terminará por concluir que os custos de uma guerra com um adversário “quase”, “tão” ou “mais” forte que ele seriam mais altos do que os benefícios.

E se a questão é a de saber se é melhor tomar partido ou se manter neutro ante um conflito internacional? Maquiavel responde:

[tomar] partido é sempre mais útil que a neutralidade; [...] porque quem vence não quer amigos suspeitos e que não o ajudem nas adversidades; e quem perde não o

acolhe, já que você não quis pegar em armas para reverter sua fortuna (MAQUIAVEL, 2010a, p. 123).

Ato contínuo, desenvolvida essa tese central (atinentes à independência de força do principado, à sua virtude política e ao equilíbrio interno e externo das forças), que, no dizer de Antonio D'Elia, poderia ser encarada como uma espécie de coluna vertebral do *Príncipe*, Maquiavel passa a tratar do que habitualmente os estudiosos consideram acessório na obra em questão, mas que, de todo modo, tem sua importância e razão de ser, visto que concorre para o robustecimento (em termos de persuasão e convencimento) da parte mais propriamente doutrinária ou prescritiva do *Príncipe*.

Por exemplo, as incursões históricas a que se lança Maquiavel em vários capítulos do *Príncipe* têm por propósito exemplificar, precisamente, a efetividade da sabedoria ou *virtude* do chefe de Estado, ora chamando a atenção para casos em que o sucesso do príncipe deveu-se, justamente, por haver discernido e adotado a disposição pertinente à contingência em que se achava (pouco importando se, à primeira vista, figurara negativa), ora relatando episódios em que o príncipe faltou com a devida relativização (pouco importando se seria o caso de se desprender de uma virtude positiva, como ser amado, e adotar uma negativa, como ser temido, e vice-versa) e, por conseguinte, arruinou-se.

A propósito da controvérsia sobre se é melhor ser amado ou temido, veja-se o trecho em que Maquiavel desenvolve um de seus mais clássicos argumentos:

Pode-se responder que todos gostariam de ser ambas as coisas; porém, como é difícil conciliá-las, é bem mais seguro ser temido que amado, caso venha a faltar uma das duas. Porque, de modo geral, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, fíngidos e dissimulados, avessos ao perigo, ávidos de ganhos; assim, enquanto o príncipe agir com benevolência, eles se doarão inteiros, lhe oferecerão o próprio sangue, os bens, a vida e os filhos, mas só nos períodos de bonança, [...]; entretanto, quando surgirem dificuldades, eles passarão à revolta, e o príncipe que confiar inteiramente na palavra deles se arruinará ao ver-se despreparado para os reveses. Pois as amizades que se conquistam a pagamento, e não por grandeza e nobreza de espírito, são merecidas, mas não se podem possuir nem gastar em tempos adversos; de resto, os homens têm menos escrúpulos em ofender alguém que se faça amar a outro que se faça temer: porque o amor é mantido por um vínculo de reconhecimento, mas, como os homens são maus, se aproveitam da primeira ocasião para rompê-lo em benefício próprio, ao passo que o temor é mantido pelo medo da punição, o qual não esmorece nunca (MAQUIAVEL, 2010a, p. 102).

Em sendo assim, se o príncipe não pode ser amado, deve, ao menos, saber se fazer temido, pois “[...] o príncipe deve inspirar temor de tal modo que, se não puder ser amado, ao menos evite atrair o ódio, já que é perfeitamente possível ser temido sem ser odiado” (MAQUIAVEL, 2010a, p. 103).

Donde a conclusão: [...] se os homens amam de acordo com sua vontade e temem segundo a vontade do príncipe, um príncipe sábio deve assentar-se naquilo que é seu, e não no

que é de outrem, precisando apenas, como foi dito, encontrar meios de escapar ao ódio (MAQUIAVEL, 2010a, p.104).

Ainda, em que pese secundários, vários outros pontos significativos há ao longo da obra-prima de Maquiavel sob apreço, pontos nos quais ficam efetivamente evidenciados, sobretudo, o vasto conhecimento que o teórico político italiano renascentista adquirira em suas missões de secretário (nas quais, conforme expressão de Antonio D’Elia, *dissecava os príncipes e suas cortes*) e em seus estudos da arte militar e da organização da milícia própria.

Na verdade, essa parte acessória restante de *O Príncipe* compõe-se de toda sorte de “ênfases” miúdas e incidentais, que somente poderiam ter ocorrido num espírito como o do florentino Maquiavel, experimentado que era, teórica e praticamente, na matéria. Assim, por exemplo, destaca:

[...] as espécies dos principados, as formas de conquistá-los; os principados hereditários, mistos e novos; como conservar domínios; a conquista com tropas próprias, mistas, mercenárias e auxiliares; os principados civis e eclesiásticos; as razões do louvor e do vitupério aos príncipes; os ministros; os adutores; a sorte (o destino) e como enfrentá-la (D’ELIA, 2006, p. 19).

Aliás, prova de que coisas há em *O Príncipe* que somente poderiam haver sido cogitadas por um florentino é a seção dedicada à reflexão da fortuna ou sorte. Basicamente, o conselho de Maquiavel é: o alcance da ação da liberdade humana é limitado e a fortuna, como em toda parte, tem grande domínio da vida do homem, assim como tende a ser negativa, adversa, ou, melhor dizendo, impetuosa e devastadora:

Comparo-a a um desses rios devastadores que, quando se enfurecem, alagam as planícies, derrubam árvores e construções, arrastam grandes torrões de terra de um lado para outro: todos fogem diante dele, todos cedem a seu ímpeto sem poder contê-lo minimamente (MAQUIAVEL, 2010a, p. 131).

Logo, os bens são frágeis e teremos mais chance de conseguir os favores da *sorte* se nos batermos contra ela, pois a fortuna assemelha-se à mulher, pelo que favorece quem tem audácia de tratá-la com ferocidade (leia-se: jovialidade), sendo certo que, o que aí há de prudência pessimista (como, por exemplo, a opinião de que nossa condição no mundo é quase sempre incerta e precária, pois a fortuna tende a ser negativa e dominar grande parte da vida humana) Maquiavel herda da mentalidade dos patrícios florentinos:

O conselho de Maquiavel no trato com a fortuna era próprio dele. Mas, em seu apaixonado interesse pelo poder da condição de transformar os fatos, assim como em sua percepção da fragilidade dos líderes humanos e de seus planos, ele lançou mão dos recursos intelectuais da classe dominante florentina. Os patrícios, cuja proeminência se apoiava não no berço antigo e na destreza militar, e sim nas vendas e nos investimentos, sabiam que podiam perder tudo da noite para o dia (GRAFTON, *In*: MAQUIAVEL, 2010a, p. 36).

De mais a mais, dois outros pontos chamam a atenção na reflexão de Maquiavel sobre a fortuna. Primeiro, é que é precisamente aqui que um dos princípios cardeais de sua lucidez antropológica é emblematicamente revelado. Trata-se da consciência cristalina e da férrea convicção que o autor possuía acerca da interação entre virtude e fortuna, ou, se se quiser traduzir num linguajar moderno, interação entre natureza e ambiente (sobretudo o ambiente cultural).

É dizer: o homem de Maquiavel é, sempre, o resultado do intercâmbio entre as potencialidades naturais de seu espírito e seu contexto (*amplo sensu*), razão pela qual sem fortuna, a virtude se extingue; e sem virtude, a ocasião é vã (MAQUIAVEL, 2010a, p. 63).

Eis, pois, a *condição humana*, que não é a de um ser ingenuamente (para não dizer absurdamente) dotado de uma liberdade de vontade absolutamente incondicionada e tampouco a de um ser submetido a um condicionamento de tipo fatalista, quer inato, quer ambiental, mas a de um ser que se move *com relativa liberdade* através dessas instâncias:

Não ignoro que muitos tiveram e têm a convicção de que as coisas do mundo sejam governadas pela fortuna e por Deus, sem que os homens possam corrigi-las com sua sensatez, ou melhor, não disponham de nenhum remédio; e por isso poderiam julgar que não vale a pena suar tanto sobre as coisas, deixando-se conduzir pela sorte. Essa opinião tem sido mais acreditada em nosso tempo pelas grandes mutações nas coisas que se viram e se veem todos os dias, fora de qualquer entendimento humano. Às vezes, pensando nisso, eu mesmo em parte me inclinei a essa opinião. Entretanto, para que nosso livre-arbítrio não se anule, penso que se pode afirmar que a fortuna decide sobre a metade de nossas ações, mas deixa a nosso governo a outra metade, ou quase (MAQUIAVEL, 2010a, p. 131).

Nesse diapasão, o homem, se, por um lado, não está no mundo livre de todas as amarras - o que, a bem pensar, conforme Schopenhauer (1982) haverá de melhor esclarecer no oitocentos, seria até um absurdo ôntico, pois todo ente, enquanto ente, deve possuir, pena de não poder ser sequer pensado, um conjunto de atributos mínimos que o *de-termina* ante os demais entes, isto é, que faz com que ele seja ele e não outra coisa -, por outro, não encontra-se no mundo à mercê de uma sorte fatalista (leia-se: de uma sorte que possibilitaria um único modo de ser, ou, ao menos, um modo de ser reduzidíssimo, tal como acontece com os animais), dado que, através da razão, seu raio de possibilidades de ação vê-se magnificamente alargado (e tanto mais ainda quanto mais sua razão, ou melhor, seu espírito, é cultivado), assim como pode assumir, mesmo que apenas em parte, o controle de sua vida.

Aliás, há quem diga que poderíamos “extrapolar”, e ver, na teoria da fortuna de Maquiavel, uma espécie de antecipação ou prenúncio da *astúcia da razão* hegeliana e do *amor fati* nietzscheano, porquanto, respectivamente, a fortuna, malgrado aparentar-se negativa em demasia e caótica do ponto de vista do indivíduo e ou desta ou aquela contingência

histórica particular, se revelaria positiva e dotada de sentido se *dialeticamente* compreendida, ou seja, se considerada do ponto de vista das articulações entre as polaridades estruturais conformadoras da realidade humana (como natureza e cultura) e ao nível da História, portanto, ao nível das civilizações, das culturas, dos povos, da espécie humana, enfim, do *Todo* (HEGEL, 2002).

Depois, a fortuna de Maquiavel se aproximaria, talvez, do *amor fati* de Nietzsche (2000) em função da constatação de que, em que pese sua vocação trágica, para aquele ela, de todo modo, ainda pode (e deve) ser afirmada, ou melhor, agarrada e domada, senão porque, em último termo, a fortuna e a vontade de dominá-la é tudo o que há. Todavia, não se trata, por óbvio, de qualquer tipo de “sim” à fortuna, mas daquele que ensejaria uma vida tal a ponto desta se fazer digna de ser repetida para todo o sempre.

O segundo ponto de importância especial a respeito da reflexão de Maquiavel concernente à fortuna a que acima nos referíamos é a lição prática lapidar que ele extrai para o príncipe a partir dessa visão sobre a “condição humana”. De fato, além da necessidade de domar a sorte (conforme pontuado *supra*), cumpre ao homem se esforçar por depender o menos possível desta, o que, para o príncipe, haverá de se traduzir no conselho de que ele deverá se fiar, o tanto quanto possível, em si mesmo, vale dizer, em suas próprias virtudes, qualidades e forças, e não na fortuna (enquanto acaso), justamente em razão do caráter mutável desta e do fato de ela não estar, nunca, sob seu poder de forma plenamente segura.

Isso se evidencia com clareza solar, por exemplo, nos conselhos dados ao príncipe atinentes aos melhores métodos de defesa do reino: “[...] apenas são boas e certas e duradouras as defesas que dependem exclusivamente de você e de sua virtude” (MAQUIAVEL, 2010a, p. 131). Ou na digressão sobre as formas de se conquistar um principado: “[...] posto que a passagem de homem privado a príncipe pressupõe virtude ou fortuna, parece que um ou outro destes atributos pode mitigar, em parte, muitas dificuldades; não obstante, aquele que menos se baseou na fortuna se manteve por mais tempo” (MAQUIAVEL, 2010a, 62).

A essa altura, não seria um exagero concluir aventando que, no fundo, a pedra de toque e a força teórica de toda a sabedoria vazada no *Príncipe* repousam, exatamente, nessa visão antropológica de Maquiavel, sim, *realista*, mas *integralizadora*, por concretamente contemplar a condição humana como o contínuo em que se dá a *interação* (ou, se se quiser, a *dialética*) entre virtude (natureza humana em sentido amplo) e fortuna (ambiente em geral, máxime o cultural).

Com efeito, é senão daí que advém, em última análise, os dois conselhos centrais de Maquiavel ao príncipe e que perpassam toda a obra em questão, a saber: *a)* que ao príncipe é necessário, em um mundo movediço e de cenários mutáveis, aprender a adquirir, em nome de sua sobrevivência, e, por conseguinte, da de seus súditos, a *virtude da adaptação*, mediante, sobretudo, a habilidade de *relativizar*, (quando não de *dissimular*), suas disposições psicológicas; e *b)* que o príncipe deve se esforçar por depender o menos possível da fortuna, visto que esta é uma potência demasiadamente incerta, devendo, por via de consequência, procurar se valer de seus próprios bens, isto é, somente daquilo que pode se colocar satisfatoriamente sob seu poder como, por exemplo, as armas próprias e as virtudes (pessoais) principescas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Francesco Flora cunhou a expressão “pedra e ferro”, em sua *Storia della letteratura italiana*, para colocar em evidência o tipo de período com que é desenvolvido o *Príncipe*, ou, mais apropriadamente dizendo, o conjunto de capítulos compreendidos entre o primeiro e o vinte e cinco.

Refere-se a:

[...] uma rígida unidade de forma e conteúdo. [...] obtida por uma fiscalização do autor sobre todo o material de que dispõe, que é imenso e diverso e poderia tanto estender-se em discurso retórico e perder pontos de apoio e contato, como fazer alterar-se o ritmo da exposição doutrinária (D’ELIA, 2006, p. 19-20).

Para não falar, de quebra, dos assuntos algo indigestos abordados, como fraude, guerra, perfídia, violências, barbárie etc., e a natureza quase sempre drástica e o tom seco dos conselhos ofertados ao príncipe como, para não citar senão um exemplo, o de que os homens devem ser adulados ou eliminados “[...] pois, se eles podem vingar-se das pequenas ofensas, das graves não podem; de modo que a ofensa que se faz ao homem deve ser suficiente para neutralizar qualquer possibilidade de vingança” (MAQUIAVEL, 2010a, p. 51-52).

Porém, há um capítulo no *Príncipe* que, se não é especial, é no mínimo peculiar quando comparado com os demais. Trata-se do capítulo XXVI, o último, o qual, segundo o mesmo Francesco Flora, *se eleva como um canto* na exortação de Maquiavel à libertação da Itália dos bárbaros.

De fato, em tal exortação descortinam-se, finalmente, os nobres elementos passionais e sentimentais de ordem patriótica que animaram a pena de Maquiavel, bem como alimentaram seu sonho de ver a Itália liberta, de uma vez por todas, dos “bárbaros”:

O patriota põe a descoberto a razão de ser do trabalho do doutrinador político. O conselheiro frio e cínico, realístico e cruel, cede lugar ao sentimental que implora ao príncipe que se faça o libertador do “jardim do império” transformado em campo de batalha. Este capítulo de tom trágico e patético como que sai inteiro do coração de Maquiavel, a querer limitar a obra na estreiteza do tempo e da circunstância. Ela é feita para o príncipe prudente e valoroso capaz de na Itália “introduzir forma de governo que conferisse honrarias a ele e beneficiasse a todos” (D’ELIA, 2006, p. 21; grifo do autor).

Todavia, não se olvide que, considerando-se o contexto mais propriamente particular da vida de Maquiavel, cumpre então, outrossim, levar em linha de conta que, nessa época em que está a redigir o *Príncipe*, ele se acha em situação econômica e social deploravelmente aquém da que outrora gozara (para dizer o menos), de modo que insta reconhecer que, além das sublimes motivações acima destacadas, (de cuja sinceridade não há nenhum motivo para duvidar), insinuam-se, *paralelamente*, móveis materiais e particulares na feitura do *Príncipe*, como a possibilidade de cair nas graças de Lourenço de Médici, e, assim, poder tentar recuperar o *status* e o reconhecimento social perdidos.

Veja-se, por exemplo, a “indireta” (em meio a sutis bajulações) constante do último parágrafo da carta de apresentação do *Príncipe* que Maquiavel enviou a Lourenço de Médici, (o homem, lembre-se, a quem o secretário florentino terminou por dedicar sua obra-prima):

Aceite, pois, Vossa Magnificência esta pequena oferenda com o mesmo espírito com que lha envio; obra que se for lida e considerada com diligência, tornará patente meu extremo desejo de que o Senhor alcance a grandeza que a fortuna e outras qualidades lhe prometem. E, se do ápice de sua altura Vossa Magnificência por momentos volver os olhos para estes lugares baixos, saberá quanto eu desmerecidamente tenho suportado uma grande e contínua adversidade da fortuna (MAQUIAVEL, 2010a, p. 46).

De todo modo – e aqui vai uma advertência -, isso não implica em censurar Maquiavel e tampouco o desabona como pessoa, porque, na verdade, não há dizer que o *Príncipe* teve por motivação nem interesses puramente diabólicos (no sentido de se prescrever o poder e o mal enquanto fins em si mesmos), nem absolutamente “angélicos” (no sentido de que Maquiavel concebeu a obra em completo desinteresse, tendo em mira, única e exclusivamente, a pátria), mas motivos humanos, melhor posto, *demasiadamente* humanos, em que se observa a presença concomitante de motivações de todo tipo, no caso, tanto os sublimes enlevamentos patrióticos e a disposição realista de se valer do mal *se* necessário, quanto os ordinários e prosaicos, mas inelimináveis e prementes, interesses individuais.

Mas à parte esse ponto referente às motivações de Maquiavel, quer nos parecer que o que de fato precisa restar aqui assentado é o papel norteador da antropologia de fundo de Maquiavel, visto que é através dela que ele deduziu o tom, o método e os princípios realistas de sua doutrina política.

Ora, com efeito, ao término, tudo está em reconhecer que o homem, sempre, mais não é do que o produto do jogo que se dá entre sua “virtú” e sua “fortuna”, e que, enquanto príncipe, sua chance de lograr êxito será tanto maior quanto mais hábil se fizer na arte de domar e de depender o menos possível da fortuna, o que significa dizer que o príncipe será tanto mais eficiente em seu mister quanto mais se empenhar por se tornar independente, isto é, quanto mais se municiar das virtudes principescas.

Assim sendo, percebe-se que vai muito entre dizer que o príncipe que efetivamente observar tais preceitos virá a tornar-se um político virtuoso e dizer que o príncipe que adotar o manual do secretário florentino tornar-se-á, sem mais, “maquiavélico”, de vez que, (atenta-se), o “maquiavelismo” justifica-se na doutrina de Maquiavel “até e enquanto necessário”, ou melhor, em situações pontuais, sejam elas, as situações extremas e radicais, dir-se-ia de “exceção” (tal como se apresentava, precisamente, a situação da Florença de Maquiavel), sendo patentemente rechaçado, desencorajado e desaconselhado seu manuseio em circunstâncias outras que não essas, (principalmente, aliás, seu emprego gratuito), senão porque, a longo prazo, as vantagens por aí obtidas não se sustentam – para não falar, diga-se de resto, do ideal republicano de Maquiavel (2007) e da observância de um mínimo de limitação humanista, expresso na forma de discernimento crítico da moralidade convencional e religiosa, a que ele exorta o príncipe.

6 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bossi. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Bauru, SP: Edipro, 2009.

BURCKHARDT, Jacob. **O estado como obra de arte**. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

D'ELIA, Antonio. Tanto nomini nullum para elogium. *In*: MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 7-31.

GOMBRICH, E. H. **História da arte**. Trad. Álvaro Cabral. 16 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GRAFTON, Anthony. Introdução. *In*: MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

GRANADA, Miguel Ángel. **El umbral de la modernidad**: estudios sobre filosofía, religión y ciência entre Petrarca y Descartes. Barcelona: Herder, 2000.

HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. **Fenomenologia do espírito**. Trad. Paulo Meneses, Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HORTA, José Luiz Borges. **História do estado de direito**. São Paulo: Alameda, 2011.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010a.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Maquiavel**: Discursos sobre nossa língua e Discursos sobre as formas de governo de Florença. Trad. Helton Adverse; Gabriel Pancera. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010b.

MORRISON, Wayne. **Filosofia do direito**: dos gregos ao pós-modernismo. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce homo**: Como cheguei a ser como sou. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

ONFRAY, Michel. **Contra-história da filosofia**: as sabedorias antigas. São Paulo: Martins Fontes, 2008, vol. I.

PINKER, Steven. **Tábula rasa**: a negação contemporânea da natureza humana. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

REALE, Giovanni; DARIO, Antiseri. **História da filosofia**: do humanismo a Descartes. Trad. Ivo Storniolo. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2009, v. III.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O livre arbítrio**. São Paulo: Novo Horizonte S/A, 1982.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**. Trad. Jair Barboza. São Paulo. Editora UNESP, 2005.

TUCK, Richard. Introdução. *In*: HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. Trad. João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 14-15.